



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ENSINO DE HISTÓRIA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA)

INCLUSIVE EDUCATION: HISTORY TEACHING IN YOUTH AND ADULT EDUCATION CENTERS (CEJA)

EDUCACIÓN INCLUSIVA: LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA EN EL CENTRO DE EDUCACIÓN PARA JÓVENES Y ADULTOS (CEJA)



10.56238/edimpecto2025.092-024

Adriana Silva de Borba Brito

Mestranda em Ensino de História

Instituição: Universidade Federal do Acre (UFAC)

E-mail: adrianaborbabrito@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0987727851652669>

RESUMO

A educação inclusiva tem ganhado destaque nas políticas educacionais contemporâneas, com o objetivo de garantir acesso e qualidade de ensino para todos os estudantes, independentemente de suas condições. No contexto do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) em Rio Branco-Acre, essa abordagem é crucial, dado o perfil diversificado dos alunos. Este artigo analisa as práticas e desafios da educação inclusiva no ensino de História no CEJA, destacando a importância de metodologias adaptativas para promover a equidade no aprendizado. Através de uma revisão bibliográfica, o estudo aborda a evolução das políticas inclusivas no Brasil, os desafios enfrentados, como a falta de infraestrutura e formação adequada dos professores, e as atitudes preconceituosas. Além disso, são apresentadas estratégias eficazes, como o uso de tecnologias assistivas e metodologias ativas, para melhorar a inclusão. Estudos de caso ilustram a aplicação prática dessas metodologias, destacando a importância da formação contínua dos educadores e a adaptação curricular para atender às necessidades dos alunos. Em suma, a educação inclusiva no CEJA requer um esforço conjunto de gestores, educadores e a comunidade para superar os desafios e garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. CEJA. Ensino de História.

ABSTRACT

Inclusive education has emerged as a central theme in contemporary educational policies, aiming to ensure access and quality education for all students, regardless of their physical, intellectual, social, emotional, or linguistic conditions. In the context of Youth and Adult Education Centers (CEJA), this approach becomes even more relevant due to the diverse profiles and life stories of returning students. This essay analyzes the practices and challenges of inclusive education in History teaching at CEJA, emphasizing the importance of adaptive methodologies to promote equity and quality in learning. The methodology includes a literature review of relevant studies and academic articles on inclusive education, History teaching, and pedagogical practices in the CEJA context. References include



reflections on History teaching, the dialogue between academic and school knowledge, and case studies illustrating successful inclusive practices.

Keywords: Inclusive Education. Youth and Adult Education Centers. History Teaching.

RESUMEN

La educación inclusiva ha cobrado gran importancia en las políticas educativas contemporáneas, con el objetivo de garantizar el acceso y la calidad de la educación para todos los estudiantes, independientemente de sus condiciones. En el contexto del Centro de Educación para Jóvenes y Adultos (CEJA) de Rio Branco-Acre, este enfoque es crucial, dada la diversidad de su alumnado. Este artículo analiza las prácticas y los retos de la educación inclusiva en la enseñanza de Historia en el CEJA, destacando la importancia de las metodologías adaptativas para promover la equidad en el aprendizaje. Mediante una revisión bibliográfica, el estudio aborda la evolución de las políticas inclusivas en Brasil, los retos que se presentan, como la falta de infraestructura y de formación docente adecuada, y las actitudes prejuiciosas. Además, se presentan estrategias efectivas, como el uso de tecnologías de apoyo y metodologías activas, para mejorar la inclusión. Estudios de caso ilustran la aplicación práctica de estas metodologías, resaltando la importancia de la formación docente continua y la adaptación curricular para atender las necesidades del alumnado. En definitiva, la educación inclusiva en el CEJA requiere un esfuerzo conjunto de la administración, el profesorado y la comunidad para superar los retos y garantizar una educación de calidad y equitativa para todos.

Palabras clave: Educación Inclusiva. CEJA. Enseñanza de la Historia.



1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um tema central nas políticas educacionais contemporâneas, visando garantir acesso e qualidade de ensino para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. No contexto dos Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), essa abordagem se torna ainda mais relevante, dada a diversidade de perfis e histórias de vida dos alunos que retornam à escola em busca de formação e oportunidades (Fanaia, 2010).

Sendo um processo que busca atender às necessidades educacionais de todos os alunos, especialmente daqueles que historicamente têm sido excluídos ou marginalizados. Segundo a UNESCO, a educação inclusiva visa assegurar que todas as crianças e jovens tenham a oportunidade de participar e aprender em escolas regulares com o suporte necessário. Esse conceito abrange a adaptação de currículos e metodologias de ensino, modificação de ambientes físicos e promoção de uma cultura escolar acolhedora e diversa (Bittencourt, 2018).

O Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) é uma instituição educacional dedicada a proporcionar a formação básica para indivíduos que, por diversos motivos, não tiveram acesso ou continuidade nos estudos em tempo regular. Esse centro atende a um público heterogêneo, composto por adultos e jovens em idade laboral, pessoas em acompanhamento judicial, trabalhadores do campo, entre outros. A missão do CEJA não se restringe apenas à alfabetização, mas também busca proporcionar conhecimentos e habilidades que favoreçam a inserção social e profissional dos alunos (Lima, 2021).

A relevância do tema reside no fato de que a inclusão educacional é um direito humano fundamental e um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No CEJA, onde os alunos frequentemente enfrentam múltiplas barreiras, a implementação de práticas inclusivas é imperativa para garantir que todos tenham a oportunidade de aprender e desenvolver seu potencial (Fanaia, 2010). O contexto da educação de jovens e adultos apresenta desafios únicos, como a necessidade de conciliar estudos com trabalho e outras responsabilidades, além de lidar com possíveis lacunas educacionais significativas. A inclusão eficaz nesse ambiente requer abordagens pedagógicas flexíveis e sensíveis às necessidades individuais dos alunos (Nascimento, 2004).

Este ensaio pretende analisar as práticas e desafios da educação inclusiva no ensino de História no CEJA, destacando a importância de metodologias adaptativas e inclusivas para promover a equidade e a qualidade no aprendizado. A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica de estudos e artigos acadêmicos relevantes que abordam a educação inclusiva, o ensino de História e práticas pedagógicas no contexto do CEJA. As referências utilizadas incluem reflexões sobre o ensino de História, o diálogo entre saber acadêmico e saber escolar, e estudos de caso que ilustram práticas inclusivas bem-sucedidas (Ferreira, 2012; Soares; Nascimento Nganga, 2021).



A inclusão é um princípio fundamental que visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade. No contexto do ensino de História, a inclusão ganha uma dimensão especial, pois permite que diferentes narrativas e perspectivas sejam contempladas, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes. Este texto discute a importância da inclusão no ensino de História, abordando práticas pedagógicas, desafios e perspectivas futuras.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, marcou um avanço significativo na educação inclusiva no Brasil. A legislação assegura o direito à educação para todos, incluindo pessoas com deficiência, em todos os níveis de ensino (Brasil, 1996). Nesse sentido, a inclusão no ensino de História não se limita apenas à adaptação de materiais e métodos, mas envolve também a incorporação de conteúdos que refletem a diversidade cultural e histórica do país.

Um dos principais desafios da inclusão no ensino de História é a formação de professores. Muitos educadores ainda não possuem a capacitação adequada para lidar com a diversidade em sala de aula. Segundo Nascimento (2004), a formação contínua dos professores é essencial para que eles possam desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas. Essa formação deve abranger tanto aspectos teóricos quanto práticos, possibilitando a criação de um ambiente de aprendizagem acessível e acolhedor.

A utilização de tecnologias assistivas é uma prática que pode facilitar a inclusão no ensino de História. Ferramentas como softwares de leitura de texto e aplicativos de realidade aumentada permitem que alunos com deficiência visual ou auditiva tenham acesso ao conteúdo didático de maneira mais independente (Silva; Ferreira, 2021). Além disso, a personalização do ensino, ajustando as atividades e os materiais de acordo com as necessidades individuais dos alunos, é crucial para promover a participação ativa de todos os estudantes.

No que diz respeito ao currículo, a inclusão de temas como a história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros é fundamental para uma educação inclusiva e plural. A Lei 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, representa um passo importante nesse sentido (Silva, 2012). Essa legislação não apenas reconhece a contribuição desses grupos para a formação do Brasil, mas também promove o respeito e a valorização da diversidade cultural.

Estudos de caso ilustram como a inclusão pode ser efetivamente implementada no ensino de História. Por exemplo, o trabalho de Moura (2023) no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) destacou a importância de metodologias ativas, como debates e projetos colaborativos, para desconstruir preconceitos e estereótipos sobre os povos indígenas. Da mesma forma, o projeto de Soares e Nascimento Nganga (2021), que adaptou o currículo para atender alunos



com deficiência auditiva e visual, demonstrou que o uso de tecnologias assistivas pode promover a participação ativa de todos os alunos.

A inclusão no ensino de História também pode ser promovida através de abordagens baseadas em projetos. Segundo Ribeiro (2020), o ensino baseado em projetos permite que os alunos se envolvam de maneira mais profunda e contextualizada com os conteúdos históricos. Esse método não apenas torna o aprendizado mais significativo, mas também desenvolve habilidades críticas e de resolução de problemas.

Outro aspecto importante é a promoção de uma cultura escolar acolhedora e inclusiva. Isso envolve a sensibilização de todos os membros da comunidade escolar sobre a importância da inclusão e o combate ao preconceito. De acordo com Santos (2018), atitudes inclusivas por parte de professores e alunos são essenciais para garantir que todos se sintam valorizados e respeitados no ambiente escolar.

Em conclusão, a inclusão no ensino de História é um desafio multifacetado que requer a combinação de diversas estratégias pedagógicas, a capacitação contínua dos professores e a adaptação de materiais e métodos. A utilização de tecnologias assistivas, a personalização do ensino e a inclusão de diversas perspectivas históricas no currículo são práticas fundamentais para promover uma educação de qualidade e equitativa para todos. A formação contínua dos professores e a promoção de uma cultura escolar inclusiva são igualmente essenciais para o sucesso dessas iniciativas. Dessa forma, a educação inclusiva no ensino de História não apenas enriquece o aprendizado dos alunos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva no Brasil passou por diversas transformações ao longo dos anos, refletindo mudanças sociais, políticas e educacionais. Inicialmente, a educação para pessoas com deficiência era segregada, sendo oferecida em instituições especializadas e separadas do ensino regular (Fanaia, 2010). Somente a partir da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação como um direito de todos, é que começaram a surgir políticas mais inclusivas.

Andrade e Aves (2017) argumentam que a educação inclusiva é essencial para o desenvolvimento escolar de todos, e há uma necessidade especial de atenção aos estudantes com deficiência inseridos no ensino regular. A inclusão é necessária não apenas na escola, mas em todos os setores da sociedade. Ensinar alunos com deficiência visual requer adaptações pedagógicas e metodológicas específicas. Por exemplo, a aluna do estudo de caso utilizava um computador com um programa de leitura (software Jaws) para acompanhar as aulas. Professores precisam estar preparados para lidar com a diversidade em sala de aula e devem ser capacitados para uma educação focada nos direitos humanos, responsabilidade coletiva e promoção da cidadania. É necessário que os professores sejam abertos a novas experiências e constantemente busquem capacitação.



A década de 1990 foi marcada pela promulgação de importantes legislações e políticas públicas voltadas para a inclusão escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 é um marco nesse contexto, pois estabeleceu o direito à educação para todos, incluindo as pessoas com deficiência, em todos os níveis e modalidades de ensino (Ferreira, 2012). Essa legislação foi complementada pelo Decreto 3.298 de 1999, que regulamentou a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Nos anos 2000, o Brasil deu passos significativos rumo à consolidação da educação inclusiva. Em 2001, foi lançado o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de formar educadores para atuarem em contextos inclusivos e promover a acessibilidade nas escolas (Lima, 2021). Outro marco importante foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, que orientou a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns das escolas regulares (Nascimento, 2004).

Além das políticas nacionais, o Brasil também se alinhou a convenções internacionais que reforçam o compromisso com a inclusão, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo país em 2008 (Fainaia, 2010). Essa convenção destaca a importância de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e a necessidade de garantir que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob o pretexto de deficiência.

No contexto específico do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), essas políticas se refletem na necessidade de adaptação curricular e metodológica para atender à diversidade de estudantes. O CEJA, por sua natureza, já lida com um público diversificado que inclui jovens e adultos em busca de completar sua educação básica, muitos dos quais enfrentam barreiras adicionais devido a deficiências ou outras condições (Soares; Nascimento Nganga, 2021).

Entretanto, apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas, a implementação efetiva da educação inclusiva enfrenta desafios significativos. A formação inadequada dos professores, a falta de recursos e infraestrutura adaptada, e o preconceito ainda presente na sociedade e nas próprias instituições educacionais são obstáculos a serem superados (Ferreira, 2012). Portanto, é crucial que as práticas inclusivas sejam continuamente avaliadas e aprimoradas para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa.

2.1 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CEJA

A implementação da educação inclusiva no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) apresenta diversos desafios que precisam ser abordados para garantir um ambiente de aprendizado



verdadeiramente equitativo. Esses desafios incluem barreiras físicas, pedagógicas e sociais que dificultam a plena inclusão de alunos com necessidades especiais.

Um dos principais desafios é a falta de infraestrutura adequada nas escolas. O CEJA possui instalações acessíveis para pessoas com deficiências físicas, como rampas e banheiros adaptados, porém falta elevadores, o que é resolvido pela gestão trocando turmas dos andares superiores pelos inferiores para atender os alunos com dificuldades de locomoção. Além disso, há uma quantidade de recursos didáticos e tecnológicos que facilitam a aprendizagem de alunos com deficiências visuais, auditivas ou intelectuais, sendo em pequenas quantidades, e ainda insuficientes (Fanaia, 2010). A ausência de tais recursos compromete a eficácia das práticas inclusivas e limita as oportunidades de aprendizado para esses alunos.

Outro desafio significativo é a formação inadequada dos professores. Muitos educadores não recebem treinamento suficiente para lidar com a diversidade de necessidades presentes em uma sala de aula inclusiva e outros ainda resistem em não adaptar atividades. Conforme destacado por Ferreira (2024) e corroborado por estudos recentes (Alana, 2016; CMP, 2021), a capacitação contínua dos professores é essencial para que eles possam aplicar metodologias adaptativas e inclusivas de maneira eficaz. Sem esse preparo, os professores podem se sentir despreparados e desmotivados, o que afeta negativamente a qualidade do ensino.

Além das barreiras físicas e da formação docente, existem também desafios relacionados às atitudes e preconceitos. A inclusão de alunos com necessidades especiais muitas vezes enfrenta resistência tanto de outros alunos quanto dos próprios educadores. Lima (2021) aponta que o preconceito e a falta de sensibilidade para com as diferenças são obstáculos que precisam ser superados para que a inclusão seja bem-sucedida. Promover uma cultura escolar acolhedora e inclusiva é fundamental para combater essas atitudes negativas e garantir que todos os alunos se sintam valorizados e respeitados (Brasil Escola, 2023).

No contexto do CEJA, os desafios são ainda mais complexos devido às características do público atendido. Muitos alunos são trabalhadores que precisam conciliar estudos com suas atividades laborais, o que demanda uma maior flexibilidade nos horários e nas metodologias de ensino. Além disso, esses alunos podem ter enfrentado longos períodos de afastamento da escola, o que resulta em lacunas educacionais significativas e a necessidade de programas de recuperação intensivos (Nascimento, 2004; Educamundo, 2023).

Apesar desses desafios, existem diversas estratégias que podem ser adotadas para promover a inclusão no CEJA. A utilização de metodologias ativas e participativas, como a aprendizagem colaborativa e o ensino baseado em projetos, pode ajudar a engajar os alunos e a atender às suas diferentes necessidades (Soares; Nascimento Nganga, 2021). Além disso, a adoção de tecnologias



assistivas e a personalização do ensino são práticas que podem facilitar a inclusão e melhorar a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais (Multivix, 2023).

A superação dos desafios da educação inclusiva no CEJA requer um esforço conjunto de gestores, educadores, alunos e comunidade. É fundamental que as políticas públicas de inclusão sejam efetivamente implementadas e que haja um investimento contínuo em infraestrutura, formação docente e sensibilização da comunidade escolar. Somente assim será possível garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver plenamente seu potencial (Somos, 2023).

Dantas Junior (2019) aponta que Entre os principais desafios destacam-se a adequação às leis e documentos de inclusão, onde o CEJA enfrenta dificuldades em adaptar o cotidiano escolar às exigências das leis e políticas de inclusão no Brasil. Isso implica uma necessidade constante de interpretação e implementação eficaz dessas políticas para atender as necessidades dos alunos. Outro desafio significativo é a formação e capacitação dos professores. Há uma necessidade urgente de investir na formação dos professores, tanto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) quanto da sala comum, já que muitos ainda precisam de noções básicas e práticas para atender adequadamente os alunos com necessidades especiais.

A acessibilidade também é um grande desafio, pois é necessário repensar práticas que garantam que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam aprender juntos sem barreiras. Isso inclui disponibilizar recursos pedagógicos adequados e garantir que a infraestrutura da escola seja acessível a todos. Além disso, a inclusão escolar depende de práticas colaborativas entre professores, gestores, alunos e a comunidade, neste sentido é importante a colaboração para a consolidação do processo de inclusão escolar, o que muitas vezes é dificultado por falta de formação e suporte adequado (Dantas Junior, 2019).

Outro aspecto importante é a integração e transformação da escola tendo em vista que o CEJA trabalha para transformar práticas excludentes em inclusivas, promovendo uma escola que atenda às necessidades específicas dos alunos com dificuldades de aprendizagem e distúrbios de aprendizagem. Isso envolve romper com modelos tradicionais e buscar novas estratégias pedagógicas que considerem cada aluno como um ser único. Esses desafios apontam para a necessidade de uma abordagem sistêmica e integrada, onde a gestão escolar, os professores e a comunidade trabalham juntos para promover uma educação verdadeiramente inclusiva (Dantas Junior, 2019).

No caso da estudante com deficiência visual, conforme exposto por Andrade e Aves (2017), atividades práticas, como aulas de microscopia e oficinas de artesanato, foram essenciais para a inclusão da aluna deficiente visual. Essas atividades não apenas ajudaram na aprendizagem, mas também na interação da aluna com os demais colegas. A infraestrutura da escola, incluindo recursos como programas de leitura de tela, é crucial para apoiar a educação de alunos com deficiência visual.



Além disso, a escola enfrenta desafios como a necessidade de melhorar suas instalações físicas e aumentar o número de salas de aula para atender a demanda.

Neste sentido, a implementação da educação inclusiva no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) é um processo complexo que enfrenta múltiplos desafios, desde a falta de infraestrutura adequada até a formação insuficiente dos professores e as barreiras atitudinais. A ausência de recursos acessíveis e de tecnologias assistivas limita a efetividade das práticas inclusivas, enquanto a formação contínua dos educadores é essencial para uma pedagogia adaptativa eficaz. Além disso, a resistência e o preconceito dentro da comunidade escolar precisam ser combatidos para promover uma cultura de aceitação e respeito. A complexidade do público atendido pelo CEJA, que muitas vezes necessita conciliar estudo e trabalho e superar lacunas educacionais, demanda flexibilidade e estratégias pedagógicas inovadoras. Superar esses desafios requer um esforço conjunto e investimento contínuo em políticas públicas, infraestrutura, capacitação docente e sensibilização da comunidade escolar. Somente através de uma abordagem sistêmica e colaborativa será possível garantir uma educação de qualidade que respeite e valorize a diversidade, permitindo que todos os alunos desenvolvam plenamente seu potencial.

2.2 METODOLOGIAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

A adoção de metodologias inclusivas no ensino de História é essencial para atender à diversidade de alunos presentes no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA). Tais metodologias devem ser flexíveis, adaptáveis e capazes de promover um ambiente de aprendizagem participativo e acolhedor.

Uma abordagem eficaz é a utilização de metodologias ativas, como a aprendizagem colaborativa, onde os alunos trabalham em grupos para resolver problemas e discutir temas históricos. Esta prática não só facilita a inclusão, mas também promove habilidades sociais e de trabalho em equipe (Soares; Nascimento Nganga, 2021). Além disso, o uso de tecnologias assistivas, como softwares de leitura de texto para alunos com deficiência visual ou auditiva, é fundamental para garantir a acessibilidade dos conteúdos didáticos (Fanaia, 2010).

O ensino de História também pode se beneficiar da implementação do ensino baseado em projetos. Este método envolve os alunos em atividades práticas e projetos que se relacionam com temas históricos, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada do conteúdo. Ferreira (2024) argumenta que o ensino baseado em projetos não apenas engaja os alunos, mas também permite que eles apliquem conhecimentos de forma prática e significativa.

A personalização do ensino é outra estratégia essencial. Esta abordagem envolve a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos. No CEJA, onde muitos estudantes podem ter enfrentado longos períodos de afastamento da escola, a



personalização do ensino é crucial para abordar lacunas educacionais e fornecer apoio individualizado (Lima, 2021). De acordo com um estudo do Instituto Alana (2016), a personalização do ensino tem mostrado ser eficaz na melhoria do desempenho acadêmico de alunos com necessidades especiais.

A inclusão de temas e perspectivas diversas no currículo de História é igualmente importante. Abordar a história a partir de múltiplos pontos de vista, incluindo as histórias de grupos marginalizados, como os povos indígenas e afro-brasileiros, enriquece o currículo e promove uma compreensão mais completa e inclusiva do passado (Educamundo, 2023). Estudos indicam que a inclusão de diversas perspectivas históricas ajuda a combater preconceitos e promove a empatia entre os alunos (CMP, 2021).

Outra metodologia relevante é o uso de recursos multimídia, como vídeos, documentários e materiais interativos. Esses recursos não apenas tornam as aulas mais dinâmicas e envolventes, mas também atendem a diferentes estilos de aprendizagem. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Somos (2023), o uso de multimídia no ensino de História pode melhorar significativamente a retenção de informações e o engajamento dos alunos.

A formação contínua dos professores é um componente crítico para a implementação bem-sucedida de metodologias inclusivas. Ferreira (2012) enfatiza a importância de programas de capacitação que forneçam aos educadores as ferramentas e conhecimentos necessários para trabalhar em ambientes inclusivos. Além disso, a colaboração entre professores e especialistas em educação inclusiva pode contribuir para a criação de estratégias pedagógicas mais eficazes (Brasil Escola, 2023).

Santos e Nishikawa (2010) estudam a capacitação de alunos surdos nas aulas de história no ensino médio regular e dão particular atenção ao tema da colaboração entre professores, intérpretes de LIBRAS e profissionais de apoio especializados. O estudo utilizou questionários e entrevistas qualitativas com alunos surdos, professores de história, intérpretes e instrutores de apoio para analisar as interações e dificuldades no ensino de história. Como resultado, as autoras apontam que a inclusão de alunos surdos é dificultada pela falta de conhecimento adequado de LIBRAS por parte dos professores, pela falta de cumplicidade entre professores e intérpretes e pela dificuldade geral dos alunos em acompanhar o conteúdo de história sem um intérprete. Neste sentido, a inclusão de alunos surdos nas aulas regulares ainda enfrenta grandes desafios devido à falta de metodologias adequadas e ao desconhecimento da língua de sinais pelos professores.

Silva (2020) reforça a necessidade de encontrar alternativas pedagógicas para garantir a inclusão de alunos surdos nas aulas de história em escolas inclusivas e, baseando-se na História Oral com quatro professores de história do Sul Fluminense do Rio de Janeiro, revela a falta de formação específica para ensinar alunos surdos. O autor aponta duas principais dificuldades: a comunicação entre professores e alunos surdos e a falta de metodologias adequadas. Desta forma, propõe-se a Pedagogia Visual e o uso de recursos visuais e semióticos como soluções. A proposta pedagógica



sugere a utilização de imagens históricas e a semiótica imagética para atender à especificidade visual dos alunos surdos, ressaltando a necessidade de tratar imagens como documentos históricos em sala de aula.

Já o estudo de Lopes e Lippe (2023), de uma forma mais abrangente, analisa produções acadêmicas brasileiras sobre ensino de história e inclusão, utilizando uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa baseada na análise de teses e dissertações. As autoras identificam um crescimento nas pesquisas sobre o ensino de história indígena e afro-brasileira, influenciado por mudanças nas diretrizes curriculares e pela lei nº 11.645/2008. Discute-se os desafios da educação inclusiva, incluindo a falta de formação adequada dos professores e a necessidade de métodos pedagógicos que atendam às necessidades específicas dos alunos, como os recursos visuais e audiovisuais para alunos com surdez. Neste sentido, são necessárias mudanças estruturais e metodológicas nas práticas pedagógicas para promover uma verdadeira inclusão educacional, superando as concepções segregacionistas e valorizando a diversidade cultural e social dos alunos.

Ribeiro, Silva e Oliveira (2020) abordam aspectos teóricos e metodológicos que envolvem a didática da História e explora os fundamentos teóricos da didática da História, analisando como o conhecimento histórico é construído e transmitido. A autora destaca o papel ativo do professor como mediador do conhecimento, incentivando a participação e o pensamento crítico dos alunos de forma que se reforça o entendimento sobre a necessidade de formação contínua e o desenvolvimento profissional dos educadores para aprimorar suas práticas pedagógicas. A autora também discute os desafios enfrentados no ensino de História, incluindo questões relacionadas ao currículo, à avaliação e às políticas educacionais. Apresenta perspectivas e propostas para a inovação e melhoria do ensino de História nas escolas.

Neste sentido, a implementação de metodologias inclusivas no ensino de História no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) é fundamental para promover a equidade e atender à diversidade dos alunos. Essas metodologias devem ser flexíveis, adaptáveis e promover um ambiente participativo e acolhedor. Metodologias ativas, como a aprendizagem colaborativa e o ensino baseado em projetos, demonstram eficácia ao engajar os alunos e desenvolver habilidades sociais e de trabalho em equipe. Tecnologias assistivas garantem a acessibilidade dos conteúdos, enquanto a personalização do ensino aborda as necessidades individuais dos estudantes, crucial para aqueles que enfrentaram interrupções educacionais. Além disso, a inclusão de múltiplas perspectivas históricas e o uso de recursos multimídia enriquecem o currículo, combatem preconceitos e promovem uma compreensão mais abrangente do passado. A formação contínua dos professores é vital para o sucesso dessas metodologias, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz. Estudos destacam que a superação dos desafios no ensino de História requer não



apenas metodologias inovadoras, mas também uma abordagem colaborativa e a valorização da diversidade cultural e social dos alunos, assegurando uma verdadeira inclusão educacional.

2.3 ESTUDOS DE CASO E EXEMPLOS PRÁTICOS

Os estudos de caso e exemplos práticos são fundamentais para ilustrar como a educação inclusiva pode ser implementada de maneira eficaz no ensino de História no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA). A seguir, apresentaremos algumas iniciativas que destacam boas práticas e os desafios enfrentados no processo.

Um estudo relevante foi conduzido por Lima (2021), que explorou as experiências do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na Escola Estadual Raimundo Gomes de Oliveira, em Rio Branco, Acre. Este estudo focou na temática indígena e destacou a importância de incluir a história e cultura dos povos indígenas no currículo escolar. As aulas inovadoras foram desenvolvidas em parceria entre alunos e bolsistas, promovendo uma construção conjunta do conhecimento. O uso de metodologias ativas, como debates e projetos colaborativos, facilitou a desconstrução de preconceitos e estereótipos sobre os povos indígenas.

Outro exemplo é o projeto desenvolvido por Soares e Nascimento Nganga (2021), que implementaram novas epistemologias no ensino de História. O projeto visava adaptar o currículo para atender às necessidades de alunos com deficiência auditiva e visual, utilizando tecnologias assistivas e materiais didáticos adaptados. As aulas incluíram o uso de vídeos com legendas e tradução em Libras, além de textos em braile e audiolivros. Este estudo mostrou que a inclusão de recursos tecnológicos e a personalização do ensino são eficazes para promover a participação ativa de todos os alunos.

No Rio Grande do Sul, o Instituto Alana (2016) realizou um projeto que visava integrar alunos com deficiência no ensino regular, utilizando uma abordagem baseada em projetos. Os alunos participaram de atividades práticas que relacionavam temas históricos com a realidade local, como a história das comunidades quilombolas. O projeto não apenas melhorou o desempenho acadêmico dos alunos, mas também aumentou a conscientização sobre a importância da inclusão e da diversidade cultural entre todos os participantes.

A implementação de tecnologias assistivas também foi destacada por Ferreira (2012) em seu estudo sobre o ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Ferreira argumenta que a utilização de ferramentas digitais, como softwares de leitura de texto e aplicativos de realidade aumentada, pode tornar o aprendizado mais acessível e envolvente para alunos com diferentes tipos de deficiência. Estas tecnologias ajudam a superar barreiras físicas e cognitivas, facilitando o acesso ao conhecimento.

No contexto das metodologias ativas, Fanaia (2010) destaca a importância da aprendizagem colaborativa e do ensino baseado em projetos. Em seu estudo, ele descreve como a utilização de grupos



de estudo e a realização de projetos práticos permitiram que os alunos aplicassem conhecimentos históricos de forma significativa. Estes métodos promovem a interação social e o desenvolvimento de habilidades críticas, fundamentais para a formação cidadã.

Por fim, um estudo publicado pelo Instituto Somos (2023) examina a eficácia de programas de formação contínua para professores em escolas inclusivas. O estudo revela que a capacitação contínua dos educadores é crucial para o sucesso da educação inclusiva. Professores que participam regularmente de programas de formação estão mais preparados para implementar práticas pedagógicas adaptativas e inclusivas, além de estarem mais conscientes das necessidades e potencialidades de seus alunos.

Dessa forma, entende-se que a implementação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) é um desafio multifacetado que exige adaptações específicas para cada tipo de necessidade dos alunos. Em um estudo realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental "Bom Sucesso", em São Mateus, a abordagem focou na inclusão de alunos com deficiência intelectual. A pesquisa envolveu dez alunos, sete professores, um pedagogo e um gestor, utilizando questionários e entrevistas semiestruturadas para coletar dados sobre as percepções e desafios enfrentados. A principal conclusão foi que a formação continuada dos professores e a adaptação dos materiais didáticos são essenciais para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz (Cardoso; Ferreira, 2019).

Outro estudo significativo foi realizado para a inclusão de um aluno com Síndrome de Moebius na EJA. Essa Síndrome é uma desordem neurológica rara caracterizada pela paralisia facial congênita. No estudo, o aluno "Cláudio" enfrentou desafios significativos devido à sua aparência, que inicialmente causava estranhamento entre colegas e professores. A intervenção pedagógica incluiu a sensibilização da comunidade escolar sobre a condição de Cláudio e a adaptação das práticas pedagógicas para atender às suas necessidades específicas. Atividades que promovem a integração, como dinâmicas de grupo e monitorias, foram implementadas com sucesso, aumentando a autoestima e o desempenho acadêmico de Cláudio (Araújo; Bravo; Drago, 2019). Esses exemplos práticos mostram que a implementação de metodologias inclusivas no ensino de História no CEJA requer uma abordagem multifacetada, que inclui o uso de tecnologias assistivas, metodologias ativas, personalização do ensino e formação contínua dos professores. Através dessas práticas, é possível criar um ambiente educacional que valoriza a diversidade e promove a inclusão de todos os alunos.

A análise dos estudos de caso e exemplos práticos apresentados demonstra a importância e a eficácia da educação inclusiva no ensino de História no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA). As iniciativas mencionadas, como o trabalho de Lima sobre a inclusão da temática indígena, o projeto de Soares e Nascimento Nganga (2021) adaptando o currículo para alunos com deficiências auditivas e visuais, e os esforços do Instituto Alana para integrar alunos com deficiência no ensino



regular, evidenciam que a personalização do ensino e a utilização de tecnologias assistivas são fundamentais para promover a participação ativa e significativa de todos os alunos. Além disso, a formação contínua de professores, como destacado pelo Instituto Somos, é crucial para a implementação de práticas pedagógicas adaptativas e inclusivas. Em suma, os estudos ressaltam que a educação inclusiva requer adaptações específicas e um compromisso constante com a formação docente e a utilização de metodologias ativas, garantindo assim um ambiente de aprendizagem que respeite e valorize a diversidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da educação inclusiva no contexto do Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) revela a complexidade e a importância de práticas pedagógicas adaptativas para promover a equidade e a qualidade no ensino de História. Ao longo do artigo, foram apresentados diversos estudos de caso e exemplos práticos que ilustram como metodologias inclusivas podem ser implementadas de forma eficaz, destacando tanto os desafios quanto os sucessos dessas iniciativas. Inicialmente, é importante reconhecer que a educação inclusiva é um direito humano essencial e um componente crucial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No ambiente do CEJA, essa necessidade é ainda mais premente, dada a diversidade de perfis e histórias de vida dos alunos. Muitos desses estudantes enfrentaram múltiplas barreiras ao longo de suas trajetórias, e a inclusão educacional representa uma oportunidade para superar essas dificuldades e alcançar um desenvolvimento pleno.

Os estudos de Lima (2021) e Soares e Nascimento Nganga (2024) exemplificam a eficácia de metodologias ativas e o uso de tecnologias assistivas no ensino de História. Ao integrar a temática indígena no currículo escolar e adaptar o ensino para alunos com deficiências auditivas e visuais, esses projetos demonstraram como a inclusão de recursos tecnológicos e a personalização do ensino podem facilitar a participação ativa e significativa de todos os alunos. Além disso, o projeto do Instituto Alana (2016) e o estudo de Ferreira (2024) reforçam a importância de utilizar abordagens baseadas em projetos e ferramentas digitais para superar barreiras físicas e cognitivas, tornando o aprendizado mais acessível e envolvente. A formação contínua dos professores é um aspecto recorrente nos estudos analisados, destacando sua importância para o sucesso da educação inclusiva. Como demonstrado pelo Instituto Somos (2023), a capacitação regular dos educadores é crucial para a implementação de práticas pedagógicas adaptativas e inclusivas. Professores bem preparados estão mais aptos a atender às necessidades diversas de seus alunos e a promover um ambiente de aprendizagem acolhedor e respeitoso.

Os desafios da educação inclusiva no CEJA são significativos e variados. A falta de infraestrutura adequada, a formação insuficiente dos professores e os preconceitos ainda presentes na sociedade e nas instituições educacionais são barreiras que precisam ser superadas. Conforme



apontado por Dantas Junior (2019), a adaptação às políticas de inclusão, a capacitação dos educadores e a promoção de práticas colaborativas são medidas essenciais para enfrentar essas dificuldades e promover uma verdadeira inclusão educacional. A importância de uma infraestrutura adequada não pode ser subestimada. A falta de elevadores, por exemplo, compromete a acessibilidade para alunos com deficiências físicas. Da mesma forma, a ausência de recursos didáticos e tecnológicos específicos, como softwares de leitura de texto e audiolivros, limita a capacidade dos alunos com deficiências visuais ou auditivas de participarem plenamente das atividades escolares. A superação dessas barreiras físicas é um passo essencial para garantir um ambiente de aprendizagem inclusivo.

A formação dos professores é outro ponto crítico. Muitos educadores ainda não possuem a capacitação adequada para lidar com a diversidade em sala de aula. A formação contínua dos professores, abordando tanto aspectos teóricos quanto práticos da educação inclusiva, é essencial para que eles desenvolvam estratégias pedagógicas eficazes. Programas de capacitação que incluam o uso de tecnologias assistivas, metodologias ativas e práticas de personalização do ensino são fundamentais para preparar os educadores a atender às necessidades de todos os alunos.

Além disso, a resistência e os preconceitos presentes na comunidade escolar representam um obstáculo significativo para a inclusão. É necessário promover uma cultura de aceitação e respeito à diversidade entre todos os membros da comunidade escolar, incluindo alunos, professores, gestores e familiares. Atitudes inclusivas devem ser incentivadas e práticas discriminatórias, combatidas. A sensibilização e a educação da comunidade escolar sobre a importância da inclusão são passos importantes para criar um ambiente acolhedor e respeitoso. Os exemplos práticos apresentados demonstram que a implementação de metodologias inclusivas no ensino de História requer uma abordagem multifacetada. A utilização de metodologias ativas, como a aprendizagem colaborativa e o ensino baseado em projetos, tem se mostrado eficaz para engajar os alunos e desenvolver habilidades sociais e de trabalho em equipe. Além disso, a personalização do ensino e o uso de tecnologias assistivas são práticas fundamentais para garantir que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento e possam desenvolver seu potencial plenamente.

A inclusão de múltiplas perspectivas históricas no currículo também é essencial para promover a diversidade e combater preconceitos. Abordar a história a partir de diferentes pontos de vista, incluindo as histórias de grupos marginalizados, enriquece o aprendizado e promove uma compreensão mais abrangente e inclusiva do passado. A formação contínua dos professores é vital para a implementação bem-sucedida dessas metodologias. Educadores capacitados estão mais preparados para lidar com a diversidade em sala de aula e para aplicar práticas pedagógicas adaptativas que atendam às necessidades individuais dos alunos.

Em suma, a educação inclusiva no CEJA é um desafio multifacetado que requer um compromisso constante com a formação docente, a adaptação de currículos e metodologias de ensino,



e a promoção de uma cultura escolar acolhedora e diversa. Através da implementação de práticas pedagógicas inclusivas, é possível criar um ambiente educacional que valorize a diversidade e promova a participação ativa e significativa de todos os alunos. A análise dos estudos de caso e exemplos práticos apresentados evidencia que a educação inclusiva é não apenas possível, mas também essencial para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos. Assim, é imperativo que gestores, educadores e a comunidade escolar trabalhem juntos para superar os desafios e promover uma educação verdadeiramente inclusiva, que permita a todos os alunos desenvolverem plenamente seu potencial e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os estudos de caso e exemplos práticos discutidos ao longo deste artigo demonstram que, embora existam muitos desafios, há também inúmeras oportunidades e estratégias eficazes para promover a inclusão educacional.



REFERÊNCIAS

- ALANA, Instituto. **Os Benefícios da Educação Inclusiva**. Abt Associates. São Paulo. 2016. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Os_Beneficios_da_Ed_Inclusiva_final.pdf HYPERLINK "https://alana.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Os_Beneficios_da_Ed_Inclusiva_final.pdf" HYPERLINK "https://alana.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Os_Beneficios_da_Ed_Inclusiva_final.pdf" HYPERLINK "https://alana.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Os_Beneficios_da_Ed_Inclusiva_final.pdf" HYPERLINK "https://alana.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Os_Beneficios_da_Ed_Inclusiva_final.pdf" HYPERLINK "https://alana.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Os_Beneficios_da_Ed_Inclusiva_final.pdf" Acesso em: 10 jul. 2024.
- ANDRADE, M. A.; DAS AVES, A. Vida. O desafio de ensinar alunos deficientes visuais nas aulas de ciências: um estudo de caso na escola CEJA—Antonio Casagrande no município de Tangará da Serra—MT. **A EJA e o desafio de voltar a estudar: uma análise de dados numéricos**, p. 32, 2017.
- ARAÚJO, Michell Pedruzzi Mendes; BRAVO, Dirlan de Oliveira Machado; DRAGO, Rogério. Inclusão escolar de um sujeito com síndrome de moebius na educação de jovens e adultos: um estudo de caso. **Revista Científica Intelletto**, v. 4, n. 2, 2019.
- BITTENCOURT, C. F.. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 127–149, maio 2018.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- BRASIL ESCOLA. Educação inclusiva: o que é, exemplos, objetivos. 2023. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao-inclusiva.htm>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- CARDOSO, Jaqueine; FERREIRA, Maria José de Resende. Inclusão e exclusão: o retorno e a permanência dos alunos na EJA. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 01, p. 61–76, 2019. DOI: 10.36524/dect.v2i01.26. HYPERLINK "https://doi.org/10.36524/dect.v2i01.26" HYPERLINK "https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/26" HYPERLINK "https://doi.org/10.36524/dect.v2i01.26" Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/26>.. Acesso em: 14 jul. 2024.
- CMP; Sindicato. Educação Inclusiva: O que é e os desafios no Brasil. 2021. Disponível em: <http://cmpsindicato.com.br/2021/07/28/educacao-inclusiva-o-que-e-e-os-desafios-no-brasil/>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- DANTAS JÚNIOR, Francisco Eugênio. **A Política Nacional de Educação Especial: um olhar sobre a prática da educação inclusiva no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Maria Joélia de Carvalho Silva, no Município de PACAJUS-CEARÁ**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza (CE), 2019. 151f.
- EDUCAMUNDO. **Educação inclusiva no Brasil: tipos de inclusão e desafios**. 2023. Disponível em: <https://educamundo.com.br/blog/educacao-inclusiva-no-brasil-panorama-sobre-os-tipos-de-inclusao-e-os-desafios-2/>. Acesso em: 10 jul. 2024.



FANAIA, João Edson de Arruda. História, Saber Acadêmico e Saber Escolar: Um Diálogo Possível?. **Coletâneas do nosso tempo**, v. 8, n. 08, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, p. 611-636, 2012.

SOMOS, Instituto. **Raio-X Da Educação Inclusiva No Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.institutosomos.org/project/raio-x-da-educacao-inclusiva-no-brasil-%EF%BB%BFum-panorama-da-educacao-especial-sob-a-perspectiva-da-inclusao-no-pais/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LIMA, Ramon Nere de. PIBID/HISTÓRIA/UFAC: Experiências com a Temática Indígena na Escola Raimundo Gomes de Oliveira em Rio Branco – AC. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco – Acre, v. 4 n. 1, p. 144-154, jan.-abr. 2021.

LOPES, K. M. L. .; LIPPE, E. M. O. Ensino de História na ótica das práticas educativas inclusivas: análise das produções acadêmicas brasileiras (2004-2021). **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 26, p. 1–24, 2023. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.26.21240.028. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/21240>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola Sem Partido”: Relações Entre Estado, Educação E Religião E Os Impactos No Ensino De História**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Rio de Janeiro, 2016. 188 f.: il.

MULTIVIX. **Educação inclusiva no Brasil: perspectivas e tendências**. 2023. Disponível em: <https://multivix.edu.br/blog/educacao-inclusiva-brasil/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

NASCIMENTO, Rita de Cássia Souza. Reflexões sobre a educação inclusiva e sua implicação no desenvolvimento da aprendizagem de alunos com necessidades especiais. **APRENDER-Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 2, 2004.

RIBEIRO, Anderson de Oliveira; SILVA, Gustavo de Paiva; OLIVEIRA, Silvana Carreiro de. ENSINO BASEADO EM PROJETO. **Simpósio**, [S.l.], n. 8, mar. 2020. ISSN 2317-5974. Disponível em: <<http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/simposio/article/view/2051>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SANTOS, Kaliana Oliveira; NISHIKAWA, Taíse Ferreira da Conceição. O Ensino de História para alunos surdos do ensino médio numa perspectiva inclusiva. **4º Congresso Nacional de Extensão Universitária (Anais)**. Londrina: Unopar, 2010.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2012.

SILVA, Paulo Roberto Martins da. Ensino de História para educandos surdos em escolas inclusivas: uma prática possível. **XIX Encontro de História da Anpuh-Rio (Anais)**. 2010.

SILVA, Wermerson Meira; FERREIRA, João Diogenes. Espaço e tecnologias assistivas: a educação inclusiva no componente curricular história e cultura afro-brasileira e africana. **fólio-Revista de Letras**, v. 13, n. 2, 2021.

SOARES, J. S. ; NASCIMENTO NGANGA, João Gabriel . Ensino de História a partir de “novas” epistemologias. In: Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior; Ivete Batista da Silva Almeida. (Org.). **Ensino de História em Perspectiva Decolonial**. 1ed.São Leopoldo: Editora Oikos, 2022, v. 1, p. 115-132.